



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681063 - SP (2021/0224418-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : JORGE DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADOS : MARCOS ROBERTO AZEVEDO - SP269917
JESSYKA VESCHI FRANCISCO - SP344492
JORGE DE SOUZA - SP429914
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WELLINGTON LUIZ DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON LUIZ DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0011114-47.2020.8.26.0482).

O paciente teve homologadas duas faltas disciplinares de natureza grave e foi regredido ao regime fechado. O Tribunal de origem, por sua vez, reconheceu a nulidade da decisão do Juízo da execução por ausência da oitiva do apenado para justificação e determinou que outra decisão seja proferida após a referida oitiva.

A impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o Juiz da execução indeferiu o pedido de retorno do apenado ao regime semiaberto.

Alega que o retorno do paciente ao regime anterior é decorrência lógica da anulação da decisão que havia homologado as faltas disciplinares.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja restabelecido o regime semiaberto até o novo julgamento das faltas graves.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Preliminarmente, verifica-se que a insurgência é dirigida contra ato do Juízo da execução que indeferiu o retorno do apenado ao regime semiaberto.

Assim, percebe-se a manifesta incompetência do Superior Tribunal de Justiça para análise do presente *mandamus*, uma vez que impetrado contra decisão de autoridade

não constante do rol taxativo previsto art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO QUE APONTA COMO AUTORIDADE COATORA JUIZ DE 1º GRAU QUE MANTEVE A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Tratando-se de insurgência voltada contra ato de Juízo de primeiro grau, é flagrante a incompetência desta Corte Superior de Justiça para processar e julgar originariamente este habeas corpus, ante a não incidência do disposto no art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal. 2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 621817 / SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 17/11/2020, Dje 23/11/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ para processar o presente *writ*, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, independentemente da publicação, para que adote as providências pertinentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente